

## EMPRÉSTIMOS E NEOLOGISMOS: UMA BREVE VISITA HISTÓRICA

Carlos Alberto FARACO<sup>1</sup>

- RESUMO: O artigo situa o tema dos empréstimos lexicais numa perspectiva histórica. Revisita as abordagens do tema na lingüística e discute as dimensões sociopolíticas daquele fenômeno, dando destaque às reações puristas, às quais estão agregados, hoje, discursos nacionalistas.
- PALAVRAS-CHAVE: Empréstimos; estrangeirismos; purismo lingüístico.

### Gramática e léxico

Podemos dizer que há uma espécie de senso comum no interior da lingüística, isto é, um conjunto de crenças que vão se mantendo ao longo do tempo e acabam por adquirir um certo *status* de quase axiomas. Assim é que, por exemplo, tomamos como certo que para descrever uma língua humana precisamos de, pelo menos, um componente gramatical e de outro lexical, embora tenhamos profundas discordâncias (decorrentes de nossos diferentes modelos teóricos) quanto ao modo como cada um desses componentes deva ser configurado.

Acreditamos também que o componente gramatical é relativamente fechado e que o lexical é aberto, o que significa dizer que enquanto o léxico é um universo em contínua expansão, a gramática não o é – vale dizer: as mudanças que afetam a gramática da língua não se caracteri-

---

1 Departamento de Lingüística, Letras Vernáculas e Clássicas – UFPR – 80060-150 – Curitiba – PR.

zam propriamente por uma expansão indefinida de seus princípios e regras. A gramática é, assim, um universo que se transforma continuamente, mas não se expande (diferentemente do léxico).

Esse entendimento parece remeter, em parte, pelo menos, às formulações de Sapir (1971) – que mantêm, portanto, sua pertinência no quadro de nossas crenças gerais: a gramática possui essa característica por ter plenitude formal (no sentido de se tratar de um sistema que se basta), embora marcada por um equilíbrio instável em razão de ação permanente da deriva (entendida como as forças que fazem o sistema se remodelar continuamente, mas mantendo sua plenitude formal. Novamente, admitimos, no geral, a noção de deriva, embora cada modelo teórico a conceba de modo diferente). Por isso, as línguas não multiplicam seus princípios e regras gramaticais, mas multiplicam continuamente seu léxico.

Costuma-se argumentar também que a abertura do léxico é o mecanismo que garante aos falantes a possibilidade de manter a língua permanentemente adaptada às contínuas mudanças trazidas pela dinâmica histórica das sociedades humanas, permitindo-lhes nominá-las.

Para obter essa multiplicação lexical contínua, os falantes têm à disposição vários processos, seja por meio de manipulação de recursos próprios seja pela incorporação de elementos lexicais de outras línguas (os chamados empréstimos, que, num primeiro momento, recebem muitas vezes a denominação de estrangeirismos). No primeiro caso, podemos arrolar diferentes processos composicionais (por justaposição – *salário-família*; ou aglutinação – *aguardente*) e derivacionais (por sufixação – *dólar/doleiro*; ou prefixação – *leal/desleal*; ou ambos – *chocolate/achocolatado*), bem como processos de derivação regressiva (como “agito”, “sufoco”), de derivação conversiva (uso de uma palavra de uma classe lexical em outra: o adjetivo *impossível* ocorrendo como substantivo), de redução da forma de palavras (como *refri* por *refrigerante*; *micro* por *microcomputador*; *fone* por *telefone*), de geração de siglas que passam a funcionar como palavras (como *INSS*, *IPTU*, *ONU*, *Anatel*), de mudança de nomes próprios em comuns (como “gilete”, “macadame”, “xerox”). Além desses, é preciso não esquecer de todos os intrincados processos de natureza semântica que, de alguma forma, alteram a significação dos itens lexicais, ampliando-a ou especializando-a.

Essa lista não exaustiva de processos de expansão lexical – para estudos detalhados da questão em português pode-se consultar Rocha (1999) ou Sandmann (1989), entre outros – deixa claro que os caminhos possíveis são múltiplos e bastante heterogêneos. Embora se possam en-

contrar processos relativamente regulares em diferentes segmentos do léxico, a dinâmica lexical como um todo parece escapar, de fato, a qualquer generalização ou previsibilidade, levando os investigadores à sensação de que, quando tratam de fenômenos lexicais, estão lidando com uma área em que predomina o idiossincrático.

## **Empréstimos: o olhar dos lingüistas**

O mesmo pode ser dito no caso dos empréstimos, tema que mais diretamente nos interessa neste artigo e para o qual nos voltamos a partir de agora. É imprevisível dizer, por exemplo, em que circunstâncias os falantes adotarão palavras de outras línguas e quais palavras exatamente. Uma vez adotada uma palavra, é imprevisível a direção que ela tomará: ela poderá ser abandonada em seguida (como *saison*, que era corrente no começo do século XX no Brasil); ou poderá ser nativizada de diferentes maneiras. Algumas, por exemplo, acabam por ser incorporadas diretamente (como *futebol*, *deletar*), sendo submetidas aos ajustes fonológicos e morfológicos determinados pela gramática receptora (podendo ou não receber forma gráfica nativizada, como *uisque* e *show*, respectivamente); outras são substituídas por decalques de forma, i.e., traduções diretas das palavras ou expressões (como *centroavante* do inglês *center-forward*; ou *ter lugar* do francês *avoir lieu*), ou por decalques de significação (os chamados *loan-shifts*), pelos quais uma palavra nativa adquire um significado por empréstimo (como o uso – principalmente na linguagem acadêmica – de *assumir* com o sentido de “pressupor”, por influência do verbo inglês *assume*). Ainda: uma palavra emprestada poderá substituir uma expressão já em uso (como *táxi*, que substituiu *carro de praça* ou *automóvel de aluguel*) ou provocar a criação de uma palavra nova (como *motorista*, neologismo gerado na luta dos puristas contra o uso de *chauffeur*, e que convive hoje com a forma *chofer*, de há muito aporuguesada). Curiosamente, os falantes poderão ainda criar, com elementos de outra língua, palavras inexistentes nela como *shopping (center)*, desconhecida como tal dos falantes de inglês (com essa significação específica), que denominam esse tipo de centro comercial de *mall*.

Na história da lingüística moderna (aquela que se constituiu dos fins do século XVIII para cá), a questão dos empréstimos mereceu atenção especial ainda no século XIX, a partir do momento em que se perce-

beu que os processos de mudança lingüística (fundamentalmente, mudanças no plano fonético-fonológico), embora tivessem grau elevado de regularidade (processos que foram descritos pelos neogramáticos por meio das chamadas "leis fonéticas"), conheciam "exceções", isto é, palavras que não eram alcançadas por tais mudanças.

Buscaram-se, então, explicações para essas ocorrências e, além da estipulação teórica de mecanismos de analogia, constatou-se que palavras emprestadas (de outras línguas ou de outros dialetos) resultavam em segmentos lexicais desviantes dos fenômenos de resto regulares (complicando, por conseqüência, o trabalho de reconstrução histórica). E essa aparente irregularidade decorria, muitas vezes, do fato de terem tais palavras entrado na língua em momentos em que aqueles processos já não eram mais produtivos, como, em português, os chamados empréstimos eruditos.

Essa última expressão é usada para designar termos latinos literários adotados em período tardio da história do português (já no fim da Idade Média e na Renascença), como *clave* ou *pleno* e que, por isso, não foram alcançados por mudança fonética anterior, pela qual, na passagem do latim para o português, os encontros consonantais iniciais latinos, constituídos de consoante+i, passaram à consoante fricativa grafada pelo dígrafo *ch-*. Por essa mudança, as palavras latinas *clave* e *pleno*, por exemplo, resultaram nas portuguesas *chave* e *cheio*.

Como exemplo de palavras que escaparam à mesma regra mencionada por terem sido adotadas de dialetos que haviam passado por processos diferentes de mudança fonética, podem-se citar *praia* e *cravo*, seguindo a interpretação de Mattoso Câmara Jr. (1972, p.249).

Ainda aqui se podem mencionar casos de palavras importadas que, por diferentes razões socioculturais, permanecem sendo usadas sem perder totalmente sua marca de elemento estrangeiro. É o caso de *campus*. Trata-se de uma palavra latina e que foi emprestada pelos falantes de inglês para designar "a área em que estão reunidos os edifícios de uma universidade". Nessa acepção, ela veio a ser emprestada pelos falantes de português no correr do século XX. Se totalmente assimilada, seria uma palavra sem forma especial para o plural, como outras terminadas em *-s*, a exemplo de *bônus* e *ônibus*. Permanece, contudo, idiossincraticamente para ela a forma plural latina, *campi*.

Caso semelhante, mas talvez menos perceptível na fala, é o plural de *gol*, que se fixou em *gols*, forma que se poderia considerar, em princípio, idiossincrática, por manter a flexão da língua de origem. Contudo, tal fato é perfeitamente explicável pela mudança sonora que afetou

o /l/ final, transformando-o em /w/ no português brasileiro, exatamente ao mesmo tempo em que aquela palavra estava sendo incorporada. Nesse sentido, apenas a forma gráfica é, propriamente, idiossincrática.

Esse conjunto de observações levou a um estudo mais aprofundado do contato interlingüístico e/ou interdialetoal e de seus diferentes efeitos. São pioneiros, nesse sentido, os trabalhos de Whitney (1881) e de Schuchardt (1928), nos fins do século XIX e começos do XX. A discussão de Bloomfield (1933) pode ser lida como uma sùmula de todos esses estudos. É dele a importante distinção entre “empréstimos íntimos” (aqueles que decorrem de situações em que povos de diferentes línguas estão em contato direto no mesmo espaço geográfico, de que seriam exemplos os empréstimos árabes no português medieval) e “empréstimos culturais” (aqueles que decorrem de intercâmbio cultural a distância, como os empréstimos do provençal no português medieval ou do francês e do inglês no português contemporâneo).

Resultou da continuidade dessas investigações a percepção da complexidade dos eventos e situações de contato (ficou clara, desse modo, a impossibilidade de reduzir todo o contato a situações de dominação direta de um grupo social sobre outro). Em decorrência, percebeu-se igualmente que o processo de incorporação de elementos lexicais de outras línguas é também complexo e motivado por diferentes fatores, não sendo possível reduzi-lo a assertivas simplistas, como aquelas que classificam os empréstimos de “invasão” (como se o movimento não fosse, no fundo, de dentro para fora, isto é, como se não fosse um processo basicamente de importação); ou que, desconsiderando a complexidade envolvida no contato intercultural e interlingüístico, entendem que tudo não passa de “dominação ideológica”, como se os processos interculturais fossem redutíveis a relações de causalidade unilinear, unidirecional (ver Garcez & Zilles, 2001, para mais detalhes).

Uma primeira abordagem da complexidade desses processos pode ser lida já em Hermann Paul (1970, cap.XXII). Interessantemente, esse autor distingue várias situações em que, segundo ele, os empréstimos se dão por necessidade “propriamente dita” (entendida como o preenchimento de lacunas lexicais), como nomes de lugares e pessoas, de produtos importados, e de conceitos importados de natureza técnica, científica, religiosa, política; e outras em que a motivação seria o prestígio da outra cultura (o que, hoje, certamente interpretaríamos como decorrentes também de necessidades – identitárias, por exemplo).

Em um estudo mais contemporâneo, vamos encontrar em Mattoso Câmara Jr. (1972, cap.XVIII) a descrição de diferentes situações do conta-

to sociocultural, com exemplos de seus diferentes efeitos lingüísticos. Essas análises, entre outras (cf. Hock, 1986, cap.14), deixam claro que não se pode conceber o contato sociocultural e os empréstimos lingüísticos como realidades homogêneas, a que se poderia dar um tratamento descritivo único.

Nesse percurso histórico da lingüística, acumulou-se também um conjunto de pressupostos ainda hoje relativamente fortes. Um desses pressupostos diz, por exemplo, serem os empréstimos freqüentes no léxico, mas raríssimos na gramática (uma discussão nuançada desse pressuposto pode ser lida em Harris & Campbell, 1995, cap.6). Costuma-se dizer também que os nomes são mais emprestados do que os verbos; ou, ainda, que o sempre eventual empréstimo de afixos alcançará os derivacionais, mas muito raramente os flexionais; e, por fim, que o vocabulário básico é muito menos afetado por empréstimo do que o vocabulário mais especializado (sobre esse último tópico, pode-se ler uma discussão nuançada em Hock, 1986, cap.14).

Todos esses pressupostos não constituem, evidentemente, uma teoria geral do empréstimo, mas antes um conjunto de inferências generalizantes com base em estudos empíricos sempre ainda restritos. Se são indicativas da ampla complexidade do processo, não podem ser asseveradas sem a devida cautela, lição que se pode ler em Mattoso Câmara Jr. (1972, cap.XVII).

Fica claro, por todas essas considerações, que os lingüistas em geral desenvolveram uma atitude basicamente descritiva (e não proscritiva ou prescritiva) do fenômeno dos empréstimos. O estudo mais sistemático da dinâmica histórica das línguas humanas e a percepção da inevitabilidade do contato intercultural e, portanto, interlingüístico das sociedades humanas levaram os lingüistas a perceber que os empréstimos são fenômenos normais da história de qualquer língua; constituem uma “condição geral dos idiomas” (para usar a expressão de Sousa da Silveira, 1972, p.21).

Como não há evidência alguma de que uma língua qualquer exista em total isolamento, sem nenhum contato com outra(s) língua(s), os empréstimos devem ser vistos, conforme bem sintetiza o lingüista francês Hagège (1983, p.43), não como *“l’aventure fortuite qui déstabilise mais une des conditions mêmes de la vie des langues”*.

Consolidou-se, assim, a idéia de que os empréstimos lexicais são um dos muitos meios de expansão do vocabulário: constituem, nas palavras de Mattoso Câmara Jr. (1972, p.287), fatos normais da vida de qualquer língua e jamais fator de empobrecimento ou degeneração, noções, aliás,

que desapareceram – por absoluta falta de sustentação empírica – do quadro teórico da lingüística histórica já por volta dos fins do século XIX.

Por tudo isso, é muito raro encontrar textos de lingüistas que acrescentem às análises descritivas um juízo de valor. Um exemplo disso pode ser encontrado em Bréal (1992), ainda nos fins do século XIX. Esse autor reitera, com todas as letras, o fato de o trabalho dos lingüistas ser eminentemente descritivo – “o lingüista, que tem a tarefa de descrever as leis da linguagem, mas não de ditá-las” (p.179). Formula uma análise bastante aguçada do fenômeno dos empréstimos, fazendo, por exemplo, o seguinte comentário:

Assim os empréstimos são de todas as épocas. São tão velhos quanto a civilização, porque os objetos úteis à vida, os instrumentos das ciências e das artes, assim como as concepções abstratas que consolidam e afinam o sentido moral, não se inventam duas vezes, mas se propagam pelos povos, para tornarem-se o bem comum de todas as nações. Parece legítimo conservar seus nomes. Já que as palavras são, a seu modo, documentos históricos, é um pouco fora de propósito e talvez um pouco falso suprimir preconcebidamente seu testemunho. (Ibidem, p.172)

Isso tudo, porém, não o impediu de, algumas páginas à frente, se pôr a “ditar leis”, isto é, não o impediu de assumir uma atitude proscritiva e prescritiva, afirmando:

Que é preciso condenar é o abuso das palavras estrangeiras: o abuso seria acolher sob nomes exóticos o que já possuímos. O abuso seria também empregar palavras estrangeiras diante de qualquer espécie de auditório. (Ibidem, p.174)

Esse tipo de comentário, aparentemente incoerente (em face das duas observações anteriores), não deve, porém, surpreender, considerando o contexto cultural francês, que foi, desde o século XVII, marcado por um prescritivismo excessivo (um pesado aristocratismo lingüístico nascido ao tempo de Richelieu, o consolidador do absolutismo na França e, não por acaso, o criador da Academia Francesa) que se mantém forte até os dias de hoje.

Deve ficar claro, assim, que a atitude prescritiva e proscritiva com relação aos empréstimos em particular não tem propriamente um fundamento empírico (vale dizer, científico), mas tem a ver com um imaginário sociocultural que concebe a língua como uma realidade uniforme, homogênea e pura (conforme voltaremos a discutir adiante) e que, algumas vezes, pode contaminar até mesmo o discurso científico.

Por ora, vale lembrar, a esse propósito, outro produto do estudo histórico sistemático dessa questão entre os lingüistas: a percepção de que têm sempre resultados muito limitados os esforços de grupos sociais de combater o uso de estrangeirismos. Hock (1986, cap.14) comenta vários exemplos nesse sentido e sugere que a razão para isso talvez esteja no fato de tais movimentos serem efetivamente apenas do interesse ideológico e político de grupos sociais muito restritos.

De todos os casos mencionados por Hock, o mais emblemático é certamente o da França, onde a constante condenação, pela Academia Francesa, dos empréstimos não impediu a contínua entrada de palavras estrangeiras no vocabulário corrente, situação que não se alterou substancialmente com a aprovação, pela Assembléia Nacional, de uma lei de "defesa" da língua contra as palavras estrangeiras.

Pode-se acrescentar a essa observação o comentário de Hall (1974, p.209) a respeito do francês do Québec em que anglicismos são também bastante freqüentes, apesar dos esforços contrários de determinados segmentos sociais.

## **Empréstimos e purismo lingüístico**

Essa atitude geral dos lingüistas (fundamentalmente descritiva) raramente alcançou o chamado senso comum. Certamente não será absurdo pressupor que a razão principal para isso seja o fato de que muitas das asserções da lingüística (como, aliás, aquelas de grande parte da ciência moderna) sejam profundamente contra-intuitivas para a maioria das pessoas.

É contra-intuitivo para a maioria dos falantes, por exemplo, pensar a língua como uma realidade que tem história (não sendo, portanto, em nenhum sentido, estática); como um fenômeno sempre híbrido (não sendo a pureza atributo das línguas humanas) e como um conjunto heterogêneo de variedades (não havendo uma variedade superior *per se*).

Muitos dos discursos sociais que constroem as percepções corriqueiras da língua enunciam-na bem ao contrário: apresentam-na como uma realidade marcada por permanência (e nunca por mudança), por legitimidade (e nunca por mistura) e por perfeição (e nunca por variabilidade e heterogeneidade). No geral, essa imagem da língua (essa língua ideal) é especialmente forte nas sociedades que têm escrita, porque, nestas, a língua tende a ser confundida com a escrita, cuja relativa fixi-

dez a faz parecer permanente, uniforme e homogênea, atributos que se espalham para a imagem da língua como um todo.

Nesse imaginário social, a língua é concebida, portanto, como uma realidade estática, una, homogênea, pura e perfeita, sendo a mudança, a heterogeneidade e a mistura percebidas como fenômenos desviantes, como "erros", como "vícios", que ameaçam a integridade e o futuro da língua, cabendo, por consequência, combatê-los e eliminá-los. Trata-se do discurso purista que tem variadas faces, variados alvos e variadas intensidades em diferentes circunstâncias históricas (ver Faraco, 2002, para detalhes sobre aspectos dessa questão no Brasil).

O purismo lingüístico se sustenta na falsa premissa de que existem línguas puras, o que o leva a defender, diante daquilo que identifica como "impureza", a necessidade de um movimento de "limpeza", de "higienização", de "purificação". Os dois grandes alvos do purismo lingüístico são, tradicionalmente e por razões óbvias, os empréstimos lexicais de outras línguas e os fenômenos (gramaticais ou lexicais) de variedades socialmente desprestigiadas da mesma língua. O purista identifica os dois casos como um mal, um perigo, um empobrecimento, uma corrupção, uma decadência da imaginária língua "pura".

Não é difícil observar que o discurso purista em língua tem os mesmos pressupostos maniqueístas de todas as manifestações puristas em qualquer área da vida humana, nos campos étnico, religioso, moral, político ou cultural. Seu grande fundamento é a dificuldade de aceitar a alteridade. A diferença e a heterogeneidade são-lhe incompreensíveis e intoleráveis e vistas como ameaçadoras, donde decorre o desejo de eliminar aquilo que julga "impuro", "misto", "corrompido".

Como a premissa do discurso purista é sempre falsa (não existe, de fato, língua pura), sua sustentação só se faz possível por meio de apelos emocionais diante de um difuso perigo que ameaça o que é "nosso", seja a "nossa raça" seja a "nossa religião", o "nosso país", a "nossa cultura", a "nossa língua".

É por isso também que o purismo lingüístico e as ideologias racistas e nacionalistas costumam se mesclar com bastante facilidade. Para todos esses, o outro, o diferente, o heterogêneo se apresentam igualmente como inaceitáveis e ameaçadores.

Nesse sentido, Thomas (1991, p.26) mostra que *"the link between racialism and linguistic purism has sometimes been painfully close"*, lembrando, entre outros exemplos, que o discurso anti-semita dos nazistas incluía uma condenação do que eles identificavam como "iidi-

chismos” (isto é, termos emprestados do iídiche) na língua alemã. Em outros termos, a “raça pura” deveria falar uma “língua pura”.

Quanto às relações entre purismo e nacionalismo lingüístico, vale notar que, embora o purismo seja, como veremos adiante, muito mais antigo que o nacionalismo, no momento em que este começou a se formular, em meados do século XIX (cf. Hobsbawm, 1990), os dois confluíram de tal forma que, hoje, pode-se dizer, seguindo Thomas (1991, p.43), que *“it is hard to think of an instance of purism which is not motivated by some form of cultural or political nationalism”*.

## **Purismo lingüístico e nacionalismo**

Alguns dos diferentes passos históricos dessa confluência foram discutidos por Hobsbawm em seu rico livro *Nações e nacionalismo desde 1780*. Neste, o autor mostra como a entidade política *Estado-Nação* é uma construção histórica recente. Como a conhecemos hoje, ela é produto da conjuntura que se seguiu às revoluções políticas dos séculos XVII e XVIII, período em que as unidades políticas deixam de ser vistas como patrimônio (por hereditariedade) de um monarca (que exercia seu poder por direito divino) e passam a ser entendidas como patrimônio do conjunto de seus cidadãos (substituindo-se, como justificativa do poder, o direito divino pela soberania do povo).

Hobsbawm (1990) mostra também que as concepções revolucionárias que desembocaram no conceito de Estado-Nação não estabeleciam uma conexão necessária entre o corpo de cidadãos de um Estado e a identificação de uma “Nação” em bases lingüísticas, étnicas, religiosas ou em qualquer outra que indicasse o reconhecimento coletivo de pertencimento de grupo.

O que caracterizava o povo-nação era ser este fundamentalmente um corpo político; isto é, o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio. Nesse contexto, a língua ou a etnicidade não tinham nada a ver, em princípio, com o pertencimento a uma nacionalidade. Em termos concretos, segundo Hobsbawm (1990, p.34), não era, por exemplo, o uso nativo da língua francesa que fazia de uma pessoa um cidadão francês, mas a disposição para adotar a língua francesa junto com outras coisas como as liberdades, as leis e características comuns daquela cidadania. Poder-se-ia dizer que, nesse caso, o raciocínio era: por sermos cidadãos france-

ses, falamos francês (e, eventualmente, também outra língua) e não o contrário; isto é, por falarmos francês é que somos cidadãos franceses.

Assim, será o Estado-Nação, uma vez constituído, que vai transformar determinada língua num elemento de identificação, investindo na sua ampla difusão social (em especial por meio do sistema escolar), sem que isso significasse a criação de um Estado monolíngüe.

Posteriormente, durante o período de 1880-1918, diante da intensificação das lutas sociais e políticas que haviam colocado as massas trabalhadoras em cena, o Estado e as classes dominantes foram postos diante da necessidade de competir com seus rivais pela lealdade popular. O Estado precisava de um elemento mobilizador, de uma "religião cívica" que pudesse neutralizar a divisão econômica e social. É nesse contexto que emerge o discurso do patriotismo (do amor incondicional a uma pátria abstrata), que logo se transforma no discurso nacionalista, que faz imaginariamente da "nação" uma totalidade social homogênea.

Chauí (2000, p.18-9) observa que:

Foi exatamente no momento em que a divisão social e econômica das classes apareceu com toda clareza e ameaçou o capitalismo que este procurou na "idéia nacional" um instrumento unificador da sociedade. Não por acaso, foram os intelectuais pequeno-burgueses, apavorados com o risco de proletarização, que transformaram o patriotismo em nacionalismo quando deram ao "espírito do povo", encarnado na língua, nas tradições populares ou folclore e na raça (conceito central das ciências sociais do século XIX), os critérios da definição da nacionalidade.

A partir dessa época, a nação passou a ser vista como algo que sempre teria existido, desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui. Dessa maneira, aparece um poderoso elemento de identificação social e política, facilmente reconhecível por todos (pois a nação está nos usos, costumes, tradições, crenças da vida cotidiana) e com a capacidade para incorporar numa única crença as crenças rivais, isto é, o apelo de classe, o apelo político e o apelo religioso não precisavam disputar a lealdade dos cidadãos porque todas essas crenças podiam exprimir-se umas pelas outras sob o fundo comum da nacionalidade. Sem essa referência, tornar-se-ia incompreensível que, em 1914, milhões de proletários tivessem marchado para a guerra para matar e morrer servindo aos interesses do capital.

Esse complexo quadro ideológico gera, portanto, seus efeitos de sentido a partir da construção de uma unidade imaginária, de uma totalidade homogênea (a "nação"), cujos ingredientes étnicos, lingüísticos e culturais, sendo supostamente comuns a todos, assegurariam a "comu-

nhão nacional” e deveriam exigir a lealdade incondicional de todos. Daí decorrem tanto o folclorismo (isto é, a exaltação daquilo que se toma como manifestação “genuína” da cultura do povo) quanto a celebração da etnia (e de seu “glorioso” passado, processo claramente marcado pela “invenção das tradições”, conforme discutido por Hobsbawm & Ranger, 1997); e da pretensa unidade lingüística: “Todos falamos a mesma língua e nos entendemos plenamente em todos os rincões da pátria”.

Todos esses ingredientes, por razões óbvias, passam a ser alvo de gestos puristas: defende-se a pureza cultural, étnica e lingüística, o que, em geral, faz irromper sentimentos xenófobos em diferentes graus, condenando-se gestos, atitudes, comportamentos ou grupos sociais considerados “estrangeiros” e, portanto, interpretados como ameaça àquilo que é “genuinamente nosso” e, por consequência, à “unidade nacional”.

Neste ponto, é interessante deixar claro que o senso de nacionalidade – isto é, a consciência de pertencimento a uma coletividade identificada com um Estado-Nação e as lealdades daí decorrentes – envolve múltiplos fatores; é um processo complexo e até contraditório.

É um erro achar que, para haver senso de nacionalidade, é preciso homogeneidade ou, pior, homogeneização. Um Estado-Nação, para existir e consolidar sua soberania, não precisa ser em nenhum sentido homogêneo. A heterogeneidade étnica, cultural, lingüística é, aliás, a regra em praticamente toda a parte. A diversidade não é fator de risco à unidade do Estado-Nação; ao contrário, é fator de riqueza e de força. É claro que, para ser fator de riqueza e força, é fundamental que se reconheça a diversidade como um bem e não como algo que precisa ser silenciado ou eliminado, como fazem, por exemplo, os promotores dos horrendos processos de limpeza étnica em várias partes do mundo; os promotores de *apartheids* sociais, de proibição de práticas religiosas ou do uso público de certas línguas.

## **Discurso nacionalista e a ficção da homogeneidade**

No caso da relação língua/nacionalidade, é interessante voltar às considerações de Hobsbawm (1990). No livro citado, o autor mostra que o senso de nacionalidade é algo muito complexo para ser descrito apenas por uma língua. Não há, segundo ele demonstra, nenhuma relação necessária entre uma língua e um Estado-Nação. Bastaria lembrar, nesse sentido, que há mais ou menos seis mil línguas no mundo atualmente e apenas 225 Estados.

Hobsbawm mostra também como o discurso nacionalista da unidade lingüística se estrutura a partir de uma distorção que faz prevalecer um certo significado simbólico de uma determinada língua sobre seu uso real. Para que esse discurso funcione, é necessário operar com a chamada ficção da homogeneidade (Lyons, 1982, p.35). Sobre isso, diz Hobsbawm (1990, p.74):

A identificação mística de uma nacionalidade com uma espécie de idéia platônica da língua existindo atrás e acima de todas as suas variedades, é muito mais uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas, dos quais Herder é o profeta, do que uma característica dos reais praticantes comuns do idioma.

Para se sustentar, esse discurso místico-platônico precisa esconder o fato de que o Estado-Nação é multilíngüe; precisa desqualificar (apresentando-a como “erro”, “deturpação”, “decadência”, “corrupção”) a variação lingüística da língua tornada símbolo (a não ser nos casos em que a variação pode ser folclorizada, isto é, exaltada pelo pitoresco, em geral pela estereotipia de pronúncias e léxicos regionais); e esconder o fato de que a variação lingüística é fator poderoso de exclusão social, o que torna bastante problemático o discurso de que a língua X é fator de integração e unidade nacional. Como pode integrar e unir, se exclui?

É nesse discurso (que se articula a partir dessa representação idealizada, da língua) que se mesclam o nacionalismo e o velho purismo lingüístico, passando a motivar movimentos de “defesa” e “preservação” dessa língua abstrata, tornada o grande ícone da nacionalidade; e, conseqüentemente, justificando propostas de “purificação” da língua, direcionadas tanto contra os estrangeirismos quanto contra as variedades sociais desprestigiadas.

## **Purismo lingüístico: uma retrospectiva**

Dizíamos antes que o purismo é bem mais velho que o nacionalismo. Sua raiz, na cultura ocidental, está no ideal greco-latino de pessoa culta, ao qual se agregava o pressuposto de bem-falar e bem-escrever, isto é, de cultivar certos padrões de língua identificados com o uso dos autores consagrados. A chamada *puritas* (isto é, a “correção idiomática”, ou, como diríamos hoje, o uso da norma padrão) era, assim, uma das grandes qualidades do estilo do orador e do escritor.

Como nenhuma norma padrão é estática (as línguas mudam permanentemente no eixo do tempo) e como as línguas são heterogêneas (a norma padrão está, em certo sentido, sempre em conflito com as demais normas), o cultivo de um padrão de língua pode tender, em certos momentos históricos, para um apego excessivo a modelos do passado, o que acaba redundando na emergência de uma atitude purista. Esta faz renascer o mito da "idade de ouro", do período idealizado em que pretensamente todos falariam "corretamente" e "uniformemente".

O purismo foi bastante forte, por exemplo, no período medieval, porque o latim como tal passou a ser do domínio de uma restrita parcela social (os letrados) e era usado fundamentalmente na escrita. O esforço desses eruditos era escrever mantendo os padrões clássicos da língua, o que era cada vez mais difícil, considerando que tais padrões eram, de fato, uma referência lingüística congelada no tempo, porque perdera sua vitalidade com a progressiva desintegração de Roma.

Esses mesmos eruditos procuravam também falar, em situações formais, um certo latim que tinha como referência só a escrita, na medida em que não era mais a língua viva da população.

Esse contexto marcado por grande artificialidade favoreceu o desenvolvimento de uma certa atitude purista pelo fato de ser necessário explicitar continuamente, numa situação em que não havia referência viva de nenhum padrão social, o que era o latim "correto", o latim "puro". Os eruditos medievais, tendo como referência o latim clássico, lutavam permanentemente contra a "invasão", em seus textos, de elementos vindos das línguas vernáculas.

A partir da Baixa Idade Média e na Renascença, com o crescente uso das línguas vernáculas, inclusive na produção literária, expande-se um movimento intelectual de prestigiamento dessas línguas, contrapondo-as ao latim. O argumento principal aqui era o de que essas línguas eram tão boas quanto o latim; isto é, essas línguas tinham recursos expressivos comparáveis aos do latim e poderiam substituí-lo na escrita sem nenhum problema. Eram, portanto, línguas plenas, dotadas de um "gênio" próprio (conceito que terá longa vida nos debates posteriores sobre a questão da língua).

Desencadeia-se, então, um conjunto de ações visando à consolidação dessa legitimidade, com a identificação de uma norma padrão e, em conseqüência, com a escrita de gramáticas e dicionários. É interessante observar que, no início, fez parte desse processo a crítica de alguns autores aos empréstimos de termos latinos (o que hoje chamamos de empréstimos eruditos) ou de outra origem pelos falantes das línguas

vernáculos. Leite (1999, p.24) lembra que, na história do português, capta-se um exemplo disso no *Leal Conselheiro*, texto de D. Duarte, escrito no início do século XV, em que, ao lado da ocorrência freqüente de latinismos, encontra-se uma condenação a seu uso imoderado.

## **Purismo e língua portuguesa**

Na continuidade da história do português, esse mesmo tipo de condenação voltará nos fins do século XVIII, tendo, dessa vez, os empréstimos do francês como grande alvo e em nome da “defesa” do “gênio da língua”, de sua “natural formosura”, e da “preservação do antigo e bom uso”. A propósito desse período, comenta Leite (1999, p.25):

Já no século XVIII, havia a preocupação dos estudiosos com a preservação do “bom português”. No entanto, a metalinguagem que registra esse tipo de atitude, o purismo, somente veio a lume no começo do século XIX, com o *Glossário das Palavras e Frases da Língua Francesa, que por Descuido, Ignorância ou Necessidade se Tem Introduzido na Locução Portuguesa Moderna; com juízo crítico nas que são adotáveis nela*, do Cardeal Saraiva, publicado em 1816.

A mesma autora destaca também a repercussão posterior desse *Glossário* no desenvolvimento de uma atitude purista entre os letrados portugueses e brasileiros, dizendo:

Morel Pinto (1976), por exemplo, falando sobre o desenrolar dos estudos lingüísticos portugueses no século XIX, registrou que o dicionário de Saraiva marcou época pelo zelo purista, gerado pela leitura dos clássicos, tendo sido exemplo de intransigência e visão estreita dos fatos da língua. Essa foi uma situação que contaminou espíritos e gerou polêmicas, características da Filologia portuguesa e brasileira. (Ibidem, p.26)

A bandeira de combate aos chamados galicismos permanecerá, entre nós, como uma marca forte dos debates sobre a língua até, pelo menos, meados do século XX, quando a presença crescente de empréstimos do inglês (os chamados anglicismos) redirecionou o alvo das velhas condenações, culminando, recentemente (1999), na esdrúxula proposta de um deputado federal que, ignorando a história e a dinâmica lexical das línguas humanas, propôs proibir, por lei, o uso de estrangeirismos (ver Faraco, 2001, para mais detalhes).

Interessante observar, nesse sentido, que as diferentes manifestações no Brasil contra o uso de palavras estrangeiras tiveram sempre essa característica de mero impressionismo, nascido do imaginário de uma língua “pura”. Justificaram-se, no passado, pela necessidade de preservar a pureza do mítico “gênio da língua”. E, mais recentemente, agregaram a previsível dose de apelos nacionalistas, conforme se pode ler, por exemplo, nas justificativas do projeto de lei mencionado.

Essa história conheceu o delírio neologista de Castro Lopes (alvo do sarcasmo de Machado de Assis); as condenações iracundas de Candido de Figueiredo (1938) e esteve presente na famosa polêmica entre Rui Barbosa e Carneiro Leão a propósito do texto do Código Civil, conforme discute Leite (1999, p.76-111).

Mas conheceu também o contraponto da lucidez científica da maioria de nossos filólogos e lingüistas, conforme pudemos observar nas análises do assunto feitas, por exemplo, por Sousa da Silveira (1972) e Mattoso Câmara Jr. (1972).

## Concluindo

Como se pôde observar, o tema dos empréstimos não é simples e tampouco pode ser discutido apenas numa perspectiva lingüística. Trata-se de um fenômeno em que se entrecruzam, de forma bastante intrincada, questões de língua e questões políticas e de valores bastante complexas. Se as análises dos lingüistas já alcançaram destrinçar com clareza esse fenômeno como fato de língua, permanece o desafio de enfrentar criticamente suas dimensões políticas e de valores, para o que é indispensável uma interlocução de pesquisadores de várias áreas, entre as quais a antropologia, a sociologia e a psicologia social.

FARACO, C. A. Borrowings and neologisms: a short history. *Alfa (São Paulo)*, v.45, p.131-148, 2001.

- *ABSTRACT: This article presents a historical approach to the theme of lexical borrowings. There is a review of the analysis of this subject in Linguistics, followed by a discussion of the sociopolitical dimensions of that phenomenon, particularly the purist reactions and the nationalist discourses linked to them.*
- *KEYWORDS: Borrowings; foreign words; linguistic purism.*

## Referências bibliográficas

- BLOOMFIELD, L. *Language*. New York: Holt, Rinehart & Winston, 1933.
- BRÉAL, M. *Ensaio de semântica*. (1897) São Paulo: Educ/Pontes, 1992.
- CÂMARA JR., J. M. *Princípios de lingüística geral*. 4.ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.
- CHAUÍ, M. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.
- \_\_\_\_\_. A questão da língua: revisitando Alencar, Machado de Assis e cercanias. *Línguas e Instrumentos Lingüísticos (Campinas)*, n.7, p.33-51, jan./jun. 2001.
- FIGUEIREDO, C. *Estrangeirismos*. 5.ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1938. 2v.
- GARCEZ, P. M., ZILLES, A. M. S. *Estrangeirismos: desejos e ameaças*. In: FARACO, C. A. (Org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001. p.15-36.
- HAGÈGE, C. Voies et destins de l'action humaine sur les langues. In: FODOR, I., HAGÈGE, C. (Ed.) *Language reform: history and future*. Hamburg: Buske, 1983. v.1.
- HALL, R. A. *External history of the Romance languages*. New York: American Elsevier, 1974.
- HARRIS, A., CAMPBELL, L. *Historical syntax in cross-linguistic perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- HOBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- HOBSBAWM, E. J., RANGER, T. (Org.) *A invenção das tradições*. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOCK, H. H. *Principles of historical linguistics*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1986.
- LEITE, M. Q. *Metalinguagem e discurso: a configuração do purismo brasileiro*. São Paulo: Humanitas (FFLCH/USP), 1999.
- LYONS, J. *Língua(gem) e lingüística: uma introdução*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. (1880/1920) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970.
- ROCHA, L. C. de A. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

- SANDMANN, A. J. *Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo*. Curitiba: Editora da UFPR, 1989.
- SAPIR, E. *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. (1921) 2.ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1971.
- SCHUCHARDT, H. *Hugo Schuchardt Brevier*. Org. Leo Spitzer. 2.ed. Halle: Niemeyer, 1928.
- SOUSA DA SILVEIRA, A. *Lições de português*. 8.ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1972.
- THOMAS, G. *Linguistic purism*. London: Longman, 1991.
- WHITNEY, W. D. On mixture in language. *Transactions of the American Philological Association*, v.12, p.1-26, 1881.